

Colonialidade e produção da história: C.L.R James e George Padmore examinam o caso da África do Sul

Coloniality and the Production of History: C.L.R. James and George Padmore Examine the Case of South Africa

Hiasmim Silva

Ana Raquel Martins Moura

Resumo

Quais os impactos que uma civilização pode sofrer devido à implementação de valores do colonizador? O texto visa compreender essa problemática, tendo em mente a colonização na África do Sul e a forma como eram executadas as Leis do Passe e suas consequências para a população. Examina tal relação colonial por meio das obras de C. L. R. James e George Padmore dedicadas ao Pan-Africanismo. A análise mobiliza ideias contidas nas teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin; entende a colonialidade e a disputa entre colonizadores e colonizados por meio de Frantz Fanon e pensa como o conceito de eurocentrismo proposto por Samir Amin é a base desta estrutura colonial das relações, para criticar como as barreiras sociais impostas pelos colonizadores fazem com que o acesso à produção da história seja extremamente difícil.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, Relações Coloniais, Pan-Africanismo, George Padmore, C.L.R James.

Abstract

What impacts can a civilization suffer due to the implementation of colonizer values? This text aims to understand this issue, bearing in mind colonization in South Africa and how the Pass Laws were enforced and their consequences for the population. It examines this colonial relationship through the works of C. L. R. James and George Padmore dedicated to Pan-Africanism. The analysis draws on ideas contained in Walter Benjamin's theses on the concept of history; it understands coloniality and the dispute between colonizers and colonized through Frantz Fanon and considers how the concept of Eurocentrism proposed by Samir Amin is the basis of this colonial structure of relations, in order to criticize how the social barriers imposed by colonizers make access to the production of history extremely difficult.

KEYWORDS: Colonization; Pan-Africanism; Colonial relationship; C.L.R. James; George Padmore.



Introdução

O território que recebe o nome de África do Sul está localizado ao sul do continente africano, em uma boa posição estratégica marítima, pois é um ponto de conexão entre os oceanos Atlântico e Índico. A terra africana foi intensamente disputada pelas potências europeias no período de navegação e invasão do continente africano, por ser um local estratégico para os navios colonizadores. O período de implementação da colonização europeia na região sul-africana acabou por projetar uma visão do homem europeu sobre o território que pertencia à África. O poder da projeção da branquitude colonizadora sobre a cultura e o estado abriu dinâmicas de poder no território que se basearam na hierarquia social estabelecida, que priorizava os colonizadores em detrimento dos nativos. Esses problemas raciais, frutos da convivência de nativos e colonizadores no solo africano, ainda são abordados por autores contemporâneos, como é o caso de Frantz Fanon¹, Aimé Césaire² e Albert Memmi³.

Impossível não mencionar que, além das disputas entre os povos originários dessas terras e os invasores desse território africano, ocorreu uma disputa externa, ou seja, uma disputa entre os próprios europeus. A batalha à qual se refere é a guerra entre Inglaterra e Holanda pelo controle do território, da qual a Inglaterra saiu vitoriosa⁴. Após esse episódio na história sul-africana, houve divisões territoriais distintas e elaboradas para atender aos interesses dos colonizadores. Os ingleses nomearam o território como União Sul-Africana.

Após essa introdução sobre o território sul-africano, é importante dizer que o presente trabalho tem por finalidade identificar como era a relação colonial estabelecida na África do Sul por meio dos livros *Uma História da*

¹ Frantz Fanon produziu o estudo *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

² Aimé Césaire produziu o *Discurso sobre o Colonialismo*.

³ Albert Memmi produziu o estudo *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*.

⁴ Para maiores informações sobre as fases da guerra dos bôeres, se pode consultar: Guilherme Da Fonseca. *A África do Sul e o sistema-mundo: da Guerra dos Bôeres à globalização* e Walter Lippold (org) *RAS: Racismo, Apartheid e Agressão*.

Revolta Pan-Africana, publicado originalmente em 1938 por C. L. R. James, e *A vida e as lutas dos trabalhadores negros*, publicado originalmente em 1931 por George Padmore. Além desses escritos, trabalha-se com as *teses sobre o conceito de história* de Walter Benjamin para identificar a relação entre a não escrita da história e o domínio da visão do colonizador sobre a mesma, pois, para Benjamin (2019), a produção da história está diretamente relacionada às condições materiais que as pessoas possuem para realizá-la; o conceito de complexo de inferioridade e alienação exposto por Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*, para compreender como a inferioridade é estabelecida por meio de uma estrutura racista imposta sobre o colonizado durante a colonização e afirmação da colonialidade; a ideia de eurocentrismo proposta por Samir Amin em seu livro *Eurocentrismo*, da qual será utilizada a maneira como é construída uma noção de saber em torno da Europa, e este conhecimento estaria em níveis supostamente superiores.

Antes de começar a falar sobre os intelectuais James e Padmore, é importante falar sobre o pan-africanismo, que sempre esteve em disputa. O termo pan-africanismo acaba se tornando uma ideia guarda-chuva para concepções diferentes que buscavam atingir a autonomia e soberania dos povos e países africanos. A ideia pan-africana passa a ficar famosa por meio dos congressos pan-africanos organizados por W. E. B. Du Bois. No entanto, o pan-africanismo fez surgir diferentes formas e concepções de abordagem aos problemas africanos, por exemplo, há correntes: garveystas, marxistas, socialismo africano, etc. O que interessa saber é que todas pensavam que a realidade dos povos africanos necessitava de uma mudança radical e que essa mudança, para ser realizada, só seria possível com a união desses mesmos povos contra os colonizadores e imperialistas.

C. L. R. James e George Padmore são pan-africanistas e também são personalidades negras marcantes em debates intelectuais na Europa e na América. Cyril Lionel Robert James nasceu em Trindade no ano de 1901, em 4 de



janeiro. O pensador foi professor, crítico cultural (amava críquete e as danças do Caribe) e gostava também de ensaiar peças teatrais. A figura intelectual acaba por reunir diversas características que destacam sua relação com a comunidade em que viveu e sua ligação com a corrente pan-africanista ligada ao marxismo revolucionário. Essas características de James destacam o seu carácter de olhar para fora do seu entorno e perceber como essas coisas se conectam e para tentar compreender o outro:

Leu Thackeray e Shakespeare com grande entusiasmo e, por influência da mãe, tornou-se leitor ávido de história, literatura e, em menor medida, política. No entanto, recusou-se a ficar restrito aos limites da cultura burguesa. Ele adorava o Carnaval, calipso e jazz, apesar das admoestações da mãe puritana, e amava profundamente o jogo de críquete (JAMES, 2023, p.15).

Malcolm Ivan Meredith Nurse também nasceu em Trindade, em 28 de julho de 1903. O caribenho mudou seu nome para atuar no Partido Comunista, tornando-se George Padmore no ano de 1920, nos Estados Unidos. O intelectual foi um jornalista e escritor renomado. É necessário destacar a palavra "também", pois a ligação entre a intelectualidade negra radical e o Caribe é estudada até hoje, como no livro *Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono* do professor doutor Daniel M. Pico (2024). A América caribenha foi palco de intensas disputas entre os colonizadores e os povos originários durante o período colonial e que, por sua vez, os colonizadores estabeleceram colônias europeias na região.

O Caribe é uma ligação importante de ser exposta ao trabalho, pois proporcionou nomes marcantes à tradição radical negra, como: Oliver Cox, Eric Williams, Lloyd Best, Walter Rodney, George Beckford, Rhoda E. Reddock e os nomes que se estuda neste trabalho: C.L.R. James e George Padmore. Observe que há uma rede intelectual negra em torno do debate sobre a colonização por um viés marxista nesta região, por meio dos intelectuais aqui já citados. Segundo Matheus Barros (2023), a tradição radical do Caribe Anglófono entende

a raça como um princípio organizador do capitalismo, pois, sem ela, a estrutura colonial não conseguiria se estabelecer. Essa informação é relevante ao presente estudo para explicar a corrente na qual os autores estavam localizados, ou seja, para eles, não haverá melhoras significativas na situação dos trabalhadores negros enquanto não houver uma mudança da lógica que articula esse sistema, que é a do capitalismo, para outra.

Diferentemente de C.L.R. James, a vida privada de George Padmore ainda não é comentada em livros de língua portuguesa brasileira. Todavia, há trabalhos que falam sobre a vida política de George Padmore escritos por Pablo de Oliveira Mattos. Para Pablo de Oliveira de Mattos (2020), a Revolução em Gana foi influenciada por Padmore, através da conexão entre o autor e Kwame Nkrumah, sendo Padmore um defensor do pan-africanismo da corrente que se organizava no nacionalismo negro e socialismo. Padmore assumiu o cargo de representação em Assuntos Africanos do governo de Kwame Nkrumah em 1957 e o manteve até o ano de sua morte, em 1959.

Em parte, um momento crítico para a questão pan-africanista ser abraçada fora dos círculos intelectuais propostos por W. E. B. Du Bois foi a invasão da Etiópia realizada pela Itália de Mussolini. O evento trouxe uma dimensão racial de conexão aos militantes negros ao redor do mundo que acreditavam que a União Soviética, a Liga das Nações ou outras instituições iriam proteger a Etiópia. Dessa forma, a reação ao evento acabou por mobilizar diversos intelectuais negros em defesa do país africano. C. L. R. James e George Padmore, segundo Pablo Mattos (2020), estabeleceram uma rede de apoio aos povos da Etiópia:

A partir da crise da Abissínia, como a região etíope também era conhecida, são formuladas elucubrações teóricas referentes às lutas anticoloniais que irão marcar o Pan-Africanismo do período entreguerras. Seu contato com categorias marxistas é operado, sobretudo, através de Padmore e C.L.R. James. Neste contexto é formado o International African Friends of Ethiopia – mas também conhecido como International African Friends of Abyssinia – que posteriormente dará origem ao International African Service Bureau, responsável pela produção de



conhecimento anticolonial a partir de um ponto de vista que se autoneia internacional e africano. O IASB irá publicar um periódico chamado *International African Opinion*, entre 1938 e 1939, que seria editado por C. L. R. James (MATTOS, 2020, p.146-147)

O trecho acima destaca como as ideias entre os intelectuais eram muito parecidas e como eles optaram por se apoiar e trabalhar em conjunto em momentos que sentiam essa necessidade. No entanto, Padmore e James eram amigos de infância⁵, mas, em 1935, houve grandes divergências entre os companheiros e eles optaram por rumos distintos. As divergências entre os intelectuais possuem um impacto real, pois a base da divergência era como seriam solucionados os problemas dos trabalhadores negros; a concepção da ideia de revolução ou ajuda soviética. Os intelectuais divergiam nessas questões sobre qual caminho escolher para alterar a realidade africana, pois diferiam na forma de entender os processos de libertação contra a colonização no continente africano⁶ e o que fazer com os povos em diáspora. Para Padmore, a União Soviética já não teria um lugar de relevância para a libertação social dos povos não brancos. Todavia, James estava lutando favorável à ala trotskista do marxismo e desejava que Stalin não assumisse o controle da URSS, alegando uma deturpação da visão de Lênin por parte de Stalin. Padmore e James eram completamente diferentes na elaboração e caminho de sua intelectualidade, embora ambos quisessem e tivessem desejo por um pan-africanismo. O processo de cisão entre os amigos ficou claro quando “ Em uma resenha de seu livro *How Britain Rules Africa* (1936), de George Padmore, James bateu sem dó em seu camarada por sugerir que os segmentos esclarecidos da classe dominante poderiam desempenhar um papel progressista na libertação da África do domínio colonial. “Os africanos precisam conquistar a própria liberdade”, ele insistia” (JAMES, 2023, p.23).

⁵ O livro *Uma História da Revolta Pan-Africana* narra parte da vida de George Padmore, inclusive, Padmore ficou rapidamente influente nas fileiras do Partido Comunista Norte-Americano - Viajou a URSS e se tornou Secretário do Comitê Internacional dos Trabalhadores Negros e editor do seu jornal: *Negro Worker*.

⁶ O livro foi publicado inicialmente por meio da Internacional Sindical Vermelha em 1931.

Dessa forma, o livro de Padmore nasce da necessidade de fornecer dados históricos aos trabalhadores e intelectuais para formação política e a ação no continente africano[6], pois, segundo Padmore, era necessário que a informação chegasse às pessoas para que elas pudessem se rebelar. O livro de James visa construir a noção de que todas as pessoas, independentemente da condição financeira ou grau de conhecimento, podem fazer uma revolução. As únicas condições seriam que essas pessoas teriam que estar determinadas e organizadas coletivamente para isso, frisando que não é necessária a ajuda de pessoas ou instituições que se intitulam superiores em níveis intelectuais, como exemplificado em *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos* (2010).

Ambos os trabalhos expressam perspectivas genuínas sobre a luta dos povos colonizados contra seus colonizadores. O caso da África do Sul demonstra a situação dos trabalhadores negros que estavam regulamentados por leis e tinham seu poder de livre arbítrio ou até mesmo criatividade restringidos. Nesse sentido, o trabalho elabora reflexões sobre as condições de escrita da história por povos nativos através dos relatos de Padmore e James, que tinham em conjunto ideias pan-africanas, anticoloniais, anti-imperialistas e de libertação nacional com autonomia dos povos.

Quem possui o controle sobre a terra?

O processo de dominação inglesa sobre a administração do estado africano submeteu os povos locais à linguagem organizacional dos seus colonizadores, ou seja, o acesso ao conhecimento era condicionado por intermédio dos colonizadores, e tal prática dificultava os colonizados em acessarem meios de avanço social, a educação, por exemplo. Segundo a historiadora da história sul-africana Raquel Gomes (2017), a lei de terras elaborada pelos colonizadores não só dificultou a aquisição de terras, mas forçou dinâmicas de poder entre aqueles que possuíam a terra e os que não possuíam. Uma das consequências



pode ser observada na taxa de alfabetização entre pessoas negras, pois a taxa oscila entre 10% (1921) e 12% (1931) no estudo da pesquisadora. A historiadora Raquel Gomes (2017) relaciona essa baixa escolarização com a quantidade ínfima de escolas que eram construídas para pessoas negras e as dificuldades de acesso ao ambiente escolar.

Dito isso, é necessário falar inicialmente da terra, pois a terra não é só o lugar da moradia. A terra é também o lugar dos estabelecimentos sociais e culturais, pois é o espaço de cultivo dos alimentos para subsistência e o espaço que assegura a realização de práticas religiosas. Enquanto pesquisadoras, nossa observação acerca da terra é que ela é o início de qualquer política do mundo após o estágio de sedentarismo do ser humano e, quando ela é retirada, causa um desequilíbrio social. A África do Sul foi dividida em quatro províncias quando estava sob o domínio do império britânico, eram elas: Cabo, Natal, Transvaal e o Estado Livre de Orange.

O Sistema de Reserva é a política através da qual todas as melhores terras foram tiradas dos nativos e entregues aos fazendeiros brancos. Os nativos são depois reunidos em zonas de terras inférteis especialmente reservadas para eles. Por causa do caráter improdutivo da terra são incapazes de produzir comida suficiente para si próprios, e, conseqüentemente, forçados a trabalhar para os fazendeiros e industriais europeus (PADMORE, p.14-15, 2021)

Ora, se “A luta de classes, que um historiador formado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais” (BENJAMIN, 2019, p.10), como não observar que o objetivo do colonizador era retirar qualquer meio de liberdade do povo nativo da região sul-africana? Ao retirar a terra, ele conseguiu retirar os meios de subsistência e controlar quais espaços podem passar a existir e quais não devem. Retornando a Benjamin (2019), se é a ausência das condições materiais que não permite o avanço das requintadas, é possível compreender que os povos colonizados, em sua esmagadora maioria sem a terra, já estão fragilizados materialmente.

O desejo de controlar era tão intenso que se pode ler as leis de passe como uma resposta do colonizador ao fato de que a colonização estava sendo um fracasso, pois as pessoas preferiam a liberdade ao processo de servidão; elas fugiam para territórios que estavam fora do alcance do colonizador. Os nativos que decidiam ficar no território, embora não tivessem mais o cultivo ou acesso às terras na condição de proprietários, enfrentavam muitos outros desafios relacionados ao dinheiro, pois “o negro, ainda que talvez estivesse confortavelmente posicionado de acordo com suas necessidades, precisa ter dinheiro para pagar esse tributo, o que o força a procurar trabalho com patrões europeus, mas condições impostas por eles” (JAMES, 2023, p. 84).

Sem o dinheiro para pagar esses tributos e comprar os passes, era impossível que os sujeitos racializados pudessem ter acesso à estrutura social, como os meios de saúde, educação e comida. Sobre isso, Fanon (2021) diz que o racismo salta aos olhos por ser perceptível, pois “o racismo salta aos olhos precisamente por fazer parte de um todo bastante típico: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por um outro grupo, que atingiu um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que a opressão militar e econômica, na maior parte do tempo, precede, possibilita e legitima o racismo” (FANON, 2021, p.77).

O racismo é perceptível na medida em que a sociedade nativa sul-africana foi invadida e teve suas terras tomadas pelos invasores, não sendo o bastante, os nativos ainda trabalhavam para pagar aos colonizadores sua estadia no território. A colonialidade é a razão do colonizador aplicada à vida do colonizado, por meio de Fanon (2021), a colonialidade está presente nessa relação entre a terra, os colonizadores e os colonizados. Quando o homem branco europeu estabeleceu esse Sistema de Reserva, para Fanon (2021), seu raciocínio já indica que o objetivo era fazer do colonizado alguém submisso às suas vontades.



A terra também foi o primeiro elemento destacado por Padmore (2023), destacando a importância dessa conquista material que estava nas mãos dos colonizadores. Não obstante, o estudo de Padmore (2021) optou por destacar como a coroa britânica controlava boa parte da terra sul-africana e que a porcentagem da aquisição de terra era extremamente desigual: 10% aos nativos em oposição aos 80% aos colonizadores.

Na União Sul-Africana, por exemplo, cerca de 2 milhões de brancos detêm 80% das terras, enquanto 6 milhões de nativos são proprietários de 10%. O restante pertence à Coroa britânica, ou seja, está à disposição do governo dos brancos. Obviamente, esse estado de coisas só pode ser mantido através de um regime social e político baseado no terror (JAMES, 2023, p.84)

O direito à vida e a estrutura colonial

O trabalho e os mecanismos de controle do mesmo só são aceitos quando os sujeitos autóctones, em sua maioria, encontravam dificuldades em relação ao acesso à terra, que, por sua vez, impacta no modo de subsistência. Todavia, conforme o controle colonial se ampliava, as condições da classe trabalhadora formada pela população nativa ficavam estabelecidas pelo prisma do colonizador, que se beneficiava com o lucro. As condições trabalhistas planejadas pelos invasores acarretam danos à vida social e ao estágio de desenvolvimento pleno das pessoas nativas, inclusive, no direito à fase mais avançada da vida. O leitor é convidado a refletir sobre essa condição e a unir com o pensamento de Walter Benjamin (2019):

Mas, em cada momento, os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores. Daqui resulta que a empatia que tem por objeto o vencedor serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder [...] Por isso o materialista histórico se afasta quando pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2019, p.12-13)

Ao compreendermos as condições que são descritas por George Padmore, se pode fazer uma leitura a contrapelo das situações em que os trabalhadores

estavam vivenciando, para que se possa pensar na produção da história em meio às dinâmicas da colonialidade. O intelectual Padmore (2021) diz que, conforme a idade vai atingindo estágios avançados, é mais difícil estar no mercado de trabalho. A contrapelo significa dizer que há uma instabilidade programada para que, quando sua idade estiver avançada, o nativo não seja mais responsabilidade do estado inglês.

No entanto, Padmore (2021) traz a informação de que aqueles que conseguem obter, de algum modo, o cultivo da terra são obrigados a pagar plantando ou trabalhando para a pessoa que a cedeu. No contexto colonial, tal pessoa generosa, diga-se de passagem, é geralmente um inglês colonizador, pois “independente de quão mal o senhorio trata seus servos, estes não estão autorizados a deixar a fazenda, a Lei Patrões e Serviçais, que rege a relação entre empregador e empregado, considera como crime um trabalhador negro quebrar qualquer “contrato” celebrado com um empregador branco” (PADMORE, 2021, p.17).

Como observado na citação acima de Padmore (2021), ocorria a existência de outra normativa jurídica que visava beneficiar os colonizadores, a Lei dos Patrões e Serviçais, que, segundo Padmore (2021), proibia aos trabalhadores violarem o contrato com seus patrões. No entanto, os patrões podiam violar as leis com seus servos.

Se, por algum caso esporádico, alguém tivesse acesso à terra e a meios de existir sem necessitar trabalhar para os colonizadores, era vedada a participação em qualquer coisa considerada de ascensão social pelas Leis da Barreira de Cor (1911) e a Lei de Minas e Obras (1911).

Os trabalhadores autóctones que quisessem estabelecer a luta sindical, ou seja, se organizar em grupos para melhores condições de trabalho, também eram proibidos pela Lei de Conciliação Industrial de (1924). A lei de conciliação



industrial que, segundo Padmore (2021), diz que somente os trabalhadores brancos podiam formar sindicatos reconhecidos pelos patrões.

Os trabalhadores autóctones financiavam a construção de escolas para crianças brancas europeias e faziam isso através dos impostos, tributos e dos valores que pagavam nos passes. Havia os casos raros de escolas destinadas a crianças nativas, no entanto não era algo acessível para a maioria. Por essas informações, entende-se que existe uma hierarquia cultural produzida pelos colonizadores que comandava da terra até o acesso ao conhecimento.

As condições descritas ao longo deste tópico reforçam outro aspecto da colonialidade pensado por Fanon (2022), a hostilidade. Para Fanon (2022) é a hostilidade que assegura a colonialidade, pois é por meio de uma cultura que estrutura o estado com hostilidade ao nativo que o colonialismo consegue funcionar:

Em face do dispositivo colonial, o colonizado se acha num estado de tensão permanente. O mundo do colono é um mundo hostil, que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que causa inveja. Vimos que o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono. Não em se tornar um colono, mas em substituir o colono. Esse mundo hostil, pesado, agressivo, pois rechaça com todas as suas asperezas a massa colonizada, representa não o inferno do qual todos desejariam afastar-se o mais depressa possível, mas um paraíso ao alcance da mão, protegido por terríveis colossos (FANON, 2022, p.42).

O controle por meio dos passes e o impasse da produção histórica pelos povos originários

No processo de controle dos trabalhadores autóctones, ocorreu a imposição de uma estrutura legislativa, jurídica e executiva por parte da elite europeia na sociedade sul-africana. Os padrões de comportamento organizados pelos europeus representavam a sua projeção de mundo para aquela realidade e foram estabelecidos por meio de violência. Porém, essa violência não é somente física ou emocional, mas se torna uma violência alienante na medida em que

visa solidificar uma concepção cultural como única e central em detrimento de outras, é o que explica Fanon (2020):

Se há um processo de inferiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade, ele resulta de um duplo processo:

econômico, em primeiro lugar;

e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2020, p.25)

A alienação da pessoa, somada ao processo de constantes violências, faz com que ela seja lembrada cotidianamente, diante do colonizador europeu, de que seu espaço e sua vontade de existir não importam, por isso ocorre a epidermização da violência, como dito por Fanon (2020) no trecho acima. Essa situação de desgaste orquestrada pela estrutura colonial acaba por se enraizar em toda a sociedade, ou seja, na escola; nos templos religiosos; no trabalho; nas leis; e demais espaços de formação nos quais as formas que a cultura atinge o ser humano é concebida. A esse processo de enraizamento das culturas europeias em detrimento da cultura local também é uma forma de colonialidade.

As pessoas nativas encontram barreiras que impossibilitam as condições materiais de escrita da história, que demanda tempo, pois falar ou escrever sua história se baseia na capacidade de produção e transmissão de conteúdo. A produção da história que esse artigo aborda não é uma visão ocidentalizada sobre a vida africana, mas a sua condição de existência em si. A capacidade de transmissão de um conhecimento por via oral ou documental é limitada em um contexto que deixa nítido as dificuldades de acesso ao sistema de ensino e a forma como os nativos deveriam trabalhar por longos períodos para tributos, impostos e os passes.

Desta forma, instituições legais ou membros anciões que possam contar essa história são escassos nas fontes de James e Padmore, transmitindo uma ideia de que “nem os mortos estão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer” (BENJAMIN, 2019, p. 12), pois nos relatos dos



intelectuais não são encontradas quaisquer tipo de relatos históricos narrados por nativos. Essa ausência também pode ser lida a contrapelo, deixando nítido que, na estrutura colonial, é o colonizador que escreve a história que deseja contar sobre si e sua metrópole.

O trabalho de Padmore (2021) foi o único que se apresentou da concepção da história narrada pelos próprios nativos ao mencionar e citar passagens de um escritor Bantu de nome Tymzo-shi. O escritor bantu mencionado não possui relatos publicados ou é estudado até o momento deste artigo, por essa razão, não se encontrou uma bibliografia complementar sobre Tymzo-shi.

Tymzo-shi menciona doze passes ou emblemas que eram necessários para existir com direitos que iam da atuação no trabalho até a circulação no território da União Sul-Africana. Irei listar os mais importantes a finalidade deste trabalho e realizar uma leitura a contrapelo de suas funções. Não se pode esquecer que os passes não eram dados pelos ingleses, mas os nativos compravam, e a condição de trabalho era desigual, pois “um trabalhador europeu recebe cerca de 295 libras por ano enquanto um trabalhador negro recebe 30” (PADMORE, 2021, p.19).

Passe de Viagem - Documento obrigatório a todos os nativos do sexo masculino para transitar entre o território. O sujeito racializado não pode nem sair de sua localidade sem ser submetido a uma violência simbólica na qual em todos os momentos é atestado que ele está submetido a uma ordem de poder, nesse caso, o poder colonial.

Passe especial de seis dias - Uma autorização que é concedida para o autóctone encontrar trabalho em até seis dias e, quando se passam 12 dias, o sujeito local que não encontra emprego é expulso do território em que está procurando emprego e direcionado a outro lugar - até que encontre trabalho. Se não seguir e conseguir emprego, é preso. A questão que se observa aqui é que não há direito; nem possibilidade de manutenção da família, uma vez que o sujeito está sempre à mercê do patrão e do sistema de emprego. A condição

descrita demonstra instabilidade e se reflete nas áreas emocionais (vínculos que são perdidos devido às mudanças); financeiros (cada província tem suas leis, mas a concentração de terra está sempre nas mãos dos brancos que podem alterar o preço de uma estadia para outra); social (é impossível questionar o sistema quando as pessoas não conseguem estar no mesmo lugar com os mesmos companheiros). O que fica evidente é que a ordem era que as pessoas rendessem lucros aos seus patrões ou estariam sujeitas a passar por mudanças abruptas.

Passes Mensal - Um passe que contém o nome do nativo, a comunidade à qual aquele indivíduo pertence. Custando dois xelins por mês. Mais um passe que visava distinguir entre os nativos e os colonos de uma forma violentamente simbólica.

Padmore relata que havia uma categoria de passes especiais, na qual se solicitava um passe para fazer algo específico, como sair pela noite. Ele fornece um exemplo: “suponhamos que a sua mulher é tão infeliz que está para dar à luz às 9 da noite, ele não pode sair de casa para chamar o médico ou a enfermeira. Se o fizer será preso e condenado de acordo com a Lei” (PADMORE, 2021, p.22). De forma que havia passes que controlavam boa parte da vida dos trabalhadores, mesmo quando esses não estavam em serviço.

Os nativos são obrigados a andar com passes, que devem ser mostrados sempre que solicitado; um passe para poderem sair de casa depois das nove horas, um passe mostrando que seus impostos estão em dia, um passe concedido pelo empregador, impressões digitais para identificação - na União Sul-Africana, existem dezenas de passes de um ou outro tipo que o negro precisa portar. Um negro que tenha profissão recebe um passe de isenção, que o exime da necessidade de apresentar todos os demais. Contudo, qualquer policial tem o direito de pedir que ele mostre seu passe de isenção, e de prendê-lo no ato caso não seja apresentado. Os negros, seja qual for seu status ou aparência, são proibidos de frequentar locais públicos de comércio e entretenimento frequentados pelos brancos. Em lugares como agências de correios, existem dois balcões: um para os brancos, outro para os negros (JAMES, 2023, p.85).



A inferioridade foi alimentada por uma estrutura que se baseia na colonialidade, como os recortes de Fanon já haviam sugerido. A estrutura da colonialidade não é cometida em um ato vazio, pois é montada habilidosamente por sujeitos completamente lúcidos, violentos (aos nativos) e impositivos. A colonização só funciona por meio da extensa e total violência física e psicológica do ser, pois “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra” (BENJAMIN, 2019, p.13). O opressor sabe que está usurpando o direito de existir do colono e sabe que está o impedindo de atingir o seu desenvolvimento intelectual, social e econômico.

O que o nativo ganha em troca? Depois de quatrocentos anos de ocupação europeia, não existem sequer meia dúzia de médicos negros na África do Sul. Mais de três quartos da população local não têm qualquer acesso à educação. O ensino oferecido é assumidamente avaliado como de péssima qualidade pelo governo. Longe de obter um progresso gradual, ainda que lento, os nativos do Cabo foram recentemente destituídos de seus direitos, que se tornaram uma relíquia de tempos mais liberais. Eles foram proibidos por lei de se tornar até mesmo operários qualificados, em uma das peças de legislação mais tirânicas e desmoralizantes a ser implementadas em qualquer país do mundo nos últimos cem anos (JAMES, 2023, p.85)

O lugar do autóctone na história do colono

A escravidão é, por definição, a submissão de um ser a outro ser, sem remuneração. Todavia, os ingleses não cometiam a escravidão em relação aos povos nativos da região da União Sul-Africana, já que pagavam. No entanto, como se observa até esse ponto, o trabalho de Padmore e James apontam que o sujeito racializado era conduzido por um processo de alienação triplo: 1) Da sua terra; 2) Dos seus costumes e possibilidades de liderança e 3) Ratificação do domínio do homem branco europeu como único. Esses três elementos estão na colonialidade expressa do regime inglês em território sul-africano e, dessa forma, ser nativo não era ser escravo, mas estar em um regime altamente controlado que, como os relatos de James e Padmore transmitem, acaba por controlar quase todas as escolhas dessas pessoas.

Tendo assistido à aniquilação de seus sistemas de referência, à destruição de seus esquemas culturais, nada mais resta ao autóctone senão reconhecer, juntamente com o invasor, que “Deus não está do seu lado”. O opressor, pelo caráter global e assustador de sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver, sobretudo uma avaliação pejorativa de suas formas originais de existência. Esse acontecimento, em geral chamado de alienação [...] Tendo julgado, condenado e abandonado suas formas culturais, sua língua, sua alimentação, suas práticas sexuais, seu modo de se sentar, de repousar, de rir, de se divertir o oprimido mergulha na cultura imposta com a energia e a tenacidade de um naufrago (FANON, 2021, p.79).

O trecho acima exemplifica o que é o conceito de alienação para Frantz Fanon, sendo importante destacar que o processo alienativo é feito pelo colonizador. Neste processo, o opressor sabe que está impondo o seu ritmo cultural e o colonizado sabe, direta ou indiretamente, que está tentando acompanhar os padrões estabelecidos pelo colonizador. Alienação do colonizado para Fanon (2021) não é um desligamento de si somente, pois ocorre quando o sujeito nega seu pertencimento cultural e étnico em busca de uma nova vertente cultural que o reconheça e o faça ascender socialmente.

No entanto, para Fanon (2021) é justamente essa ânsia que o opressor tem em compactuar com o descarte da vida do colonizado e a negação da humanidade destes povos por parte da colonização que tensiona para o rompimento desse ciclo de alienação. O colonizado, em um determinado momento, irá perceber que nunca será parte desse projeto de sociedade e cultura do colonizador. Todavia, o colonizador sabe que precisa manter a miséria e alienação colonial para que possa usufruir, pois:

Como poderia ele deixar de ver por muito tempo a miséria do colonizado e a relação dessa miséria com sua tranquilidade? Ele percebe que esse lucro só é tão fácil por ser arrancado de outros. Em suma, ele faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo o seu próprio privilégio (MEMMI, 2021, pp.40-41).



Nesse sentido, quando nenhum nativo avança socialmente, toda estrutura colonial consegue se deleitar em paz e sucesso. O colonizador sabe que é financiado pelo trabalho braçal e comumente deixado para ser realizado pelas massas de trabalhadores autóctones. Quem escreve a história? Nas condições materiais descritas por Padmore e James, o colono. Para Fanon, a tarefa de guiar culturalmente ou estar em condição de ensinar é feita de modo a construir essa alienação cultural do colonizador para o colonizado:

O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é, portanto, a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização (FANON, 2022, p.41)

O colono sabe que, quando não possibilita educação, nenhum nativo terá condições de disputar conhecimento com ele. A estrutura colonial entende que, quando cria leis para ratificar que nativos só podem ter acesso a trabalhos braçais, significa dizer que nenhum nativo pode disputar cargos políticos ou se tornar um representante da sua comunidade.

O colono sabe que, quando controla as terras, possui quatro coisas: 1) a alimentação, 2) os recursos minerais, 3) arrendamento da terra ou método de alugá-la e 4) a vida de nativos que pagaram para estar e possuir o que a terra fornece. Portanto, todas as leis e os passes são uma escrita da história por parte do colono representando sua metrópole.

O colono sabe que, quando não deixa os nativos escreverem sua própria história, está ratificando a inexistência dessa imagem de humanidade nos autóctones e os condicionando a mercadorias. O colono sabe que está escrevendo uma história e sabe como fazer para que ela se mantenha por muito tempo sendo a única escrita. A história escrita pelo colono é promovida por ele

nos aparelhos do estado, sempre ao viés de que tudo transcende e necessita de uma resposta da Europa.

O processo de colonialidade e imposição da Europa como centro do mundo é o cultivo do eurocentrismo como base da estrutura colonial. Segundo Samir Amin (2021), “o Eurocentrismo é um paradigma que, como todos os paradigmas, funciona de maneira espontânea, com frequência sob o aspecto vago das evidências aparentes e do senso comum” (AMIN, 2021, p.12).

O eurocentrismo precisa também ser compreendido como a ausência do direito do colonizado em manter, ainda que de forma assimilada, sua tradição e cultura em prol do estabelecimento de padrões europeus, e isso pode ser percebido nos escritos de Padmore e James.

Sem condições materiais que possibilitem a escrita da história, é extremamente raro encontrar autores desse período pelos motivos aqui abordados; todavia, a história é um registro cultural e a negação ao registro cultural é a dizimação de um povo.

O ser humano existe por um tempo finito e gera necessidade de produzir e compactuar com outros sobre sua existência; sem a escrita ou o tempo para produzir e transmitir oralmente, a história morre.

O colono mata o autóctone inúmeras vezes: da maneira ao qual condiciona a formas brutais de exploração econômica; na sua forma emocional, pela pressão e desespero que são alavancados pelo terror psicológico; e na sua espiritualidade/tradição, na qual seu passado cultural é esquecido.

Considerações Finais

O colonizador sempre deixará marcas de um passado, e é sobre esse passado que nós, enquanto comunidade histórica, devemos buscar os vestígios e atuar, como diria Walter Benjamin, em uma história a contrapelo. São esses elementos



da lei, da formação do estado e dos demais itens que falam sobre a vida dos colonizados relatados pelos colonizadores que podem entregar e construir uma história dos colonizados, uma história da descolonização e, principalmente, uma história que parta do ponto de vista daqueles que sofreram com o processo colonial.

É necessário destacar que, embora não houvesse escravidão, existiam inúmeros mecanismos para capturar a atenção e o tempo de vida dos colonizados em prol da construção do império inglês e, conseqüentemente, da figura do homem branco europeu como um herói. Ocorria um conclave entre os colonizadores para soterrar qualquer avanço social dos não brancos, os meios de produção eram da classe dominante estrangeira e isso ratifica que a violência e os processos de afunilamento social conduziam quase que como correntes marítimas a direção e a obediência por parte dos oprimidos para com seus opressores.

James e Padmore buscavam trazer ao mundo uma história repleta de envolvimento político, pois em seus trechos se vê o chamado para que seus leitores se dediquem à construção de uma revolta Pan-Africana. A descrição da União Sul-Africana é repleta de uma parcialidade na qual não existem distâncias entre os homens negros da Cidade do Cabo e eles, enquanto pesquisadores negros.

A condição descrita traz à tona diversas teses de Walter Benjamin que foram aqui mencionadas, sobretudo quando é comum dizer que a história se faz pelos vencedores; no trabalho realizado, foi possível dizer como os vencedores conquistaram o direito de contar sua história no período coberto por Padmore e James. Os colonizadores europeus contaram sua história - sufocando todas as outras.

Parafraseando Benjamin, o dever do historiador é dar descanso aos seus mortos e, de certa forma, esse trabalho tenta executar essa missão hercúlea quando analisa que o poder de escrever sua história ou dialogar sobre ela é uma

forma de lembrar suas origens e que até essa possibilidade foi arrancada das mãos do colonizado pelo colono. Todavia, como Fanon nos alerta, nenhum processo de alienação é eterno, e a condição de disputa entre as classes, entre oprimidos e opressores ou até mesmo colonizados e colonizadores exemplifica que o motor da história está longe de deixar de funcionar.



REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. **O Eurocentrismo**. 1.ed. São Paulo: editora Lavrapalavra, 2021.
- BARROS, Matheus de Carvalho. O Marxismo negro: raça e classe na tradição caribenha. **Lutas Sociais**, v. 27, n. 50, p. 09-23, 2023.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- DA FONSECA-STATTER, Guilherme. **A África do Sul e o sistema-mundo: da Guerra dos Bôeres à globalização** (ebook). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2011. Disponível em:<<https://cei.iscte-iul.pt/publicacao/a-africa-do-sul-e-o-sistema-mundo-da-guerra-dos-boeres-a-globalizacao/>>. Data de acesso: 28/09/2025.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1.ed. Bahia: Editora Andande, 2022.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1.ed. São Paulo: Editora Ubu, 2020.
- FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. África do Sul, nação-mulher: gênero e narrativa em Mhudi, de Sol Plaatje (1930). **cadernos pagu**, n. 49, 2017.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos**. [1ª] ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. **Uma história da revolta pan-africana**. 1.ed. São Paulo: Editora Veneta, 2023.
- LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues (org). **Academia das ciências da URSS - RAS: Racismo, Apartheid e Agressão**. Série: África: Investigação dos cientistas soviéticos. 1.ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2023.
- MATTOS, Pablo de Oliveira de. George Padmore e CLR James: A invasão da Etiópia, Pan-africanismo e a opinião africana internacional. **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 2, p. 137-176, 2019.
- MATTOS, Pablo de Oliveira de. O herói silencioso e o Osagyefo: George Padmore Kwame Nkrumah e a Revolução da Costa do Ouro. **Intellectus**, v. 19, n. 1, p. 208-235, 2020.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- PADMORE, George. **A vida e as lutas dos trabalhadores negros**. 1.ed. São Paulo: Editora Lavrapalavra, 2021.



PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro**: pensamento descolonizador do caribe Anglófono. Dandara Editora, 2025.